



MUNICÍPIO DE MURÇA CÂMARA MUNICIPAL

Justificação da não redução do contrato a escrito

Nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo nº 95º do Decreto-lei nº 18/2008 que aprova o C.C.P. com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, não é exigida a redução do contrato a escrito, porquanto o preço contratual não excede 15.000,00 € (quinze mil euros).

O Presidente do Município,

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Mário Artur Correia Lopes".

(Mário Artur Correia Lopes, Dr.)